



## PARECER Nº 001/2026

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Assunto:** Dispõe sobre a fixação do piso salarial dos profissionais do magistério da rede pública municipal de São Lourenço da Mata/PE, estabelece critérios para sua atualização e dá outras providências.

#### I – Exposição da matéria em exame:

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei Complementar nº 001/2026, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que institui o Piso Salarial Municipal dos Profissionais do Magistério Público Municipal da Educação Básica, fixando-o em valor equivalente ao Piso Nacional do Magistério acrescido do montante adicional de R\$ 500,00 (quinhentos reais), incidente exclusivamente sobre o vencimento-base mínimo da carreira.

A proposição explicita que o acréscimo não configura reajuste em cadeia, nem gera repercussão automática sobre níveis ou faixas remuneratórias já superiores ao piso mínimo estabelecido.

A mensagem que acompanha o projeto informa, ainda, a existência de estudos de impacto orçamentário-financeiro, bem como a compatibilidade da medida com a lei orçamentária vigente, em observância às normas de responsabilidade fiscal.

Compete, portanto, a esta Comissão pronunciar-se quanto à legalidade e constitucionalidade da matéria.

#### II – Conclusões do relator:

##### Legalidade e Constitucionalidade:

O projeto insere-se no âmbito da autonomia municipal para organizar sua Administração Pública e dispor sobre o regime jurídico e a remuneração de seus servidores, em especial dos profissionais do magistério, observados os parâmetros constitucionais e legais aplicáveis.

CASA JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA

Rua Dr. Joaquim Nabuco, nº 208 - Centro de São Lourenço da Mata, PE - CEP: 54735-790 - CNPJ: 11.480.878/0001-98

☎ 81 3525.0722 🌐 WWW.SAOLOURENCODAMATA.PE.LEG.BR 📱 /CAMARAMUNICIPALSLM 📷 @CAMARAMUNICIPALSLM

A instituição de piso salarial municipal superior ao piso nacional não afronta a ordem constitucional, desde que respeitados os limites orçamentários, a iniciativa legislativa adequada e a inexistência de efeitos automáticos de equiparação ou reajuste em cascata, circunstâncias expressamente afastadas pelo texto da proposição.

Do ponto de vista formal, verifica-se que a iniciativa é adequada, por tratar-se de matéria relativa à remuneração de servidores públicos municipais, cuja deflagração compete ao Chefe do Poder Executivo.

No aspecto material, a proposta harmoniza-se com os princípios da valorização do magistério, da legalidade, da responsabilidade fiscal e da razoabilidade, não se identificando violação a normas constitucionais ou legais vigentes, desde que mantidas as premissas de adequação orçamentária e financeira indicadas na mensagem do Executivo.

Assim, **não se constata inconstitucionalidade ou ilegalidade**, seja formal, seja material, no Projeto de Lei Complementar nº 001/2026.

### III – Decisão da Comissão:

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião regularmente realizada, opina pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº 001/2026, manifestando-se favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, 20 de janeiro de 2026.

  
**José Gabriel da Fonseca Neto**  
Relator

  
**Luciano Francisco do Nascimento**  
Membro

  
**Alcides Francisco do Nascimento**  
Membro

**CASA JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA**

Rua Dr. Joaquim Nabuco, nº 208 - Centro de São Lourenço da Mata, PE - CEP: 54735-790 - CNPJ: 11.480.878/0001-98

☎ 81 3525.0722 🌐 WWW.SAOLOURENCODAMATA.PE.LEG.BR 📱 /CAMARAMUNICIPALSLM 📷 @CAMARAMUNICIPALSLM